

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

AMANDA DA SILVA OLIVEIRA

**GÊNERO E RAÇA EM *XICA DA SILVA, A CINDERELA NEGRA*, DE ANA  
MIRANDA**

Porto Alegre  
2018

AMANDA DA SILVA OLIVEIRA

**GÊNERO E RAÇA EM *XICA DA SILVA, A CINDERELA NEGRA*, DE ANA  
MIRANDA**

Monografia apresentada como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Sociais na Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Reis Prá

Porto Alegre  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Minha passagem pela UFRGS foi uma grata surpresa. Agradeço a cada um dos professores que conheci ao longo desses seis anos de estudos na área de Ciências Sociais, conhecimentos que fui socializando ao longo da minha também formação em Letras.

À minha orientadora, Jussara Reis Prá, por aceitar a empreitada de orientação na necessidade de conclusão deste curso, trabalho este companheiro da minha tese de doutorado.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso se propõe a realizar uma leitura da interseccionalidade entre raça e gênero no Brasil do período colonial, tendo como corpus a obra *Xica da Silva: a cinderela negra*, da autora brasileira Ana Miranda, e o cenário político e sócio-histórico do país do século XVIII. O objetivo central da pesquisa é analisar o espaço ocupado pelas mulheres nas produções literárias feministas da atualidade, com referência ao caso anglófono. No caso brasileiro, interessa verificar como esse espaço reflete a formação cultural do país, tendo em vista a interseccionalidade gênero/raça. Trabalhos como este justificam-se pelo interesse de analisar a produção literária feminista na sua inter-relação com as ciências sociais; de promover o diálogo entre a literatura feminista contemporânea e a ciência política; de relacionar as questões de gênero e de poder/opressão no campo da Teoria Política e da Teoria Literária Feminista. Na perspectiva de interlocução entre literatura e política, os procedimentos metodológicos do estudo estão embasados na pesquisa bibliográfica e na análise de conteúdo, com o aporte da noção de interseccionalidade. A ideia defendida no trabalho é a de que o registro da história das mulheres propicia outras releituras da história oficial, com narrativas que podem ser marcadas pela passagem de uma postura social de subalternidade para a de valorização e legitimação da voz social aceita entre a produção literária circulante no campo cultural. Nesses termos, a obra literária servirá de proposta para uma leitura da interseccionalidade entre raça e gênero no contexto histórico colonial. Os resultados do estudo indicam que *Xica da Silva* foi única, considerada como um caso de exceção da condição da mulher negra no Brasil.

**Palavras-chave:** Gênero, Teorias feministas; Interseccionalidade; Escritura feminina.

## ABSTRACT

This final paper offers a reading of the intersectionality between race and gender in Brazil from the colonial period, having as corpus the work *Xica da Silva: a cinderela negra*, by Brazilian author Ana Miranda, and the political and socio- historical eighteenth century country. The main purpose of the research is to analyze the place occupied by women in current feminist literary productions, with reference to the English-speaking case. In the Brazilian case, it is important to verify how this place reflects the cultural formation of the country, in view of the gender / race intersectionality. Works like this are justified by the interest of analyzing the feminist literary production in its interrelationship with the social sciences; to promote dialogue between contemporary feminist literature and political science; to relate the issues of gender and power / oppression in the field of Political Theory and Feminist Literary Theory. In the perspective of interlocution between literature and politics, the methodological procedures of the study are based on bibliographical research and content analysis, with the contribution of the notion of intersectionality. The idea defended in the paper is that the record of the history of women propitiates other re-readings of the official history, with narratives that can be marked by the passage from a social position of subalternity to that of valuation and legitimation of the accepted social voice between the literary production circulation in the cultural field. In these terms, the literary work will serve as a proposal for a reading of the intersectionality between race and gender in the colonial historical context. The results of the study indicate that Xica da Silva was unique, considered as a case of exception of the condition of the black woman in Brazil.

**Keywords:** Gender, Feminist theories; Intersectionality; Women's writing.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>ESTABELECENDO PRESUPOSTOS: UM BREVE PANORAMA DO FEMINISMO OCIDENTAL .....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>ANGELA DAVIS: A INTERSECCIONALIDADE MULHER, RAÇA E CLASSE.....</b>	<b>23</b>
<b>4</b>	<b>XICA DA SILVA: UMA PERSONIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA.....</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>48</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>51</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a interseccionalidade de gênero e raça na perspectiva feminista e está concentrado na área da Ciência Política, na linha de pesquisa Teoria Política, Democracia e Participação, dentro dos temas gênero e política e cultura política e diversidade. Integra pesquisa no “Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero”, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O interesse pelo assunto surge pela necessidade de focar a relação entre a teoria feminista e a produção literária feminina brasileira do século XXI, discutindo a questão do gênero e da escritura.

As manifestações sociais latino-americanas estão muito marcadas pela ideologia de melhorias sociais para o povo. Ocorre que nem sempre esse povo aparece na narrativa, dando-lhes aspectos de subalternidade. Em outro aspecto, têm-se as mulheres esse mesmo silenciamento: nos grandes momentos de revoluções e de luta armada, elas *desaparecem*, como se essas questões fossem só *para homens* – e, socialmente, não é incoerente essa premissa. Quiçá produções masculinas poderiam ter relatos de *revoluções* diferentes dos relatos femininos, pois as óticas de leitura da história tida como *oficial* partem de pontos de vista distintos, marcados, sobretudo, por suas posições sociais.

A obra *Xica da Silva: a cinderela negra*, de Ana Miranda, publicada em 2017, tem como enredo a reconstrução ficcional da personagem histórica Xica da Silva. Por meio da literatura, a narrativa se coloca como uma reescritura da história oficial, do Brasil do século XVIII, e evidencia a personagem Xica desconstruída, configurando a obra uma tendência crítica da teoria feminista literária, a de evidenciar outros enfoques e pontos de vista, desfazendo os discursos hegemônicos e machistas de compreensão dos papéis político-sociais femininos, sempre atrelados às suas “condições de mulher”. Dessa forma, o estudo objetiva a analisar a representação da mulher negra e escravizada, a partir da obra de Ana Miranda, e como é entendido o feminismo interseccional gênero, classe e raça, no Brasil colonial, tendo por base a teoria crítica de Angela Davis.

Nesse sentido, a hipótese central desta proposta de estudo é a de que as produções femininas seriam outras releituras da história oficial, e que essas narrativas estariam marcadas pela passagem de postura social de subalternidade para a de valoração e legitimação da voz social aceita entre a produção literária circulante no campo cultural, e que essa passagem poderia significar uma mudança de conduta de *passividade* para *ativismo político*, através da escrita literária, ao evidenciar uma personagem histórica feminina negra.

Estudos como este, que relaciona áreas distintas, justificam-se por quatro motivos:

O primeiro deles é quanto à necessidade de desenvolvimento de estudos que analisem a considerável produção literária feminina brasileira contemporânea, na interrelação entre as ciências sociais e outras áreas, mas especificamente na compreensão da literatura como manifestação cultural e a importância disso na abordagem de pesquisas de relatos pessoais, consciente coletivo, narrativas como escritas de si.

O segundo motivo é sobre a ausência de estudos acadêmicos que percorram a proposta de incorporar na ciência política a produção literária da contemporaneidade, em se tratando da compreensão dessa produção como a manifestação cultural de um povo e o que dele se pode representar, entender e manifestar.

Como terceiro motivo, temos a possibilidade de relacionar teorias e argumentações atuais nos campos de gênero e de poder/opressão nas variadas esferas da *Teoria política* e da *Teoria da literatura*, na perspectiva de cruzar estudos interdisciplinares e relacionar teorias diversificadas, enriquecendo os campos e solidificando a compreensão dos conhecimentos como interligados, não limitados ou estanques dentro de suas categorias disciplinares.

E, como última justificativa, mas não menos importante, está a intenção de traçar a escritura feminina brasileira contemporânea com as teorias feministas, dentro da interseccionalidade gênero-raça.

Dentre os objetivos desta pesquisa, o objetivo geral está em analisar o espaço ocupado pela mulher nas produções literárias escritas por mulheres na contemporaneidade, em se tratando, especificamente, o caso brasileiro, e como



esse espaço de Brasil colônia corresponde a uma formação cultural feminista brasileira, na interseccionalidade gênero/raça. Como objetivos específicos, indicam-se três: 1. Analisar as temáticas de poder, de gênero e de escritura através de outras vozes, muitas vezes silenciadas pelo cânone “oficial” de escritores – quase sempre homens; 2. Relacionar teoria política e crítica feminista em um *corpus* literário; 3. Analisar, através das produções femininas, a tentativa dessas obras como reescrituras da história tida como oficial, mudando a lógica do discurso machista e hegemônico.

Os procedimentos metodológicos do estudo estão situados na área da pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. A obra de análise é *Xica da Silva, a cinderela negra*, da autora brasileira Ana Miranda.

A pesquisa bibliográfica apresenta brevemente algumas das principais referências do feminismo na atualidade, concentrando-se no posicionamento crítico de Angela Davis. Dessa forma, apresentar-se-à o percurso histórico da teoria feminista anglo-americana e francesa, para poder situar os contextos políticos em que tais posicionamentos se desenvolveram, de modo a evidenciar a obra de Angela Davis e seu ponto de análise, que é a interseccionalidade raça/gênero.

A análise de conteúdo será de maneira a apresentar a obra de Ana Miranda e destacar alguns pressupostos da discussão quanto ao tema da interseccionalidade. Nessa premissa, destacar-se-à os capítulos “O tempo dos diamantes”, com o nascimento de Xica, e o batismo na igreja católica; “Escrava em flor no Tijuco”, sobre o desenvolvimento da sexualidade de Xica, e a imagem da negra sexualizada; “Escrava senhora”, com Xica já amasiada com João Fernandes, e a relação amorosa aos papéis desempenhados pelas mulheres negras; e “O reino vencedor”, com a rotina de Xica após a ida de João Fernandes a Portugal, e as relações de branqueamento dos filhos homens e de reforço das heranças negras das filhas.

. A obra literária servirá de proposta para uma leitura de possível origem da interseccionalidade entre raça e gênero no Brasil, já presente no contexto histórico do período colonial. Dessa forma, a literatura, como um dos exemplos de registro cultural de nosso tempo, serve de base para pensar os princípios da história de desvalorização da mulher negra e da constituição da lógica do patriarcado, em

cenário nacional, pautado, sobretudo, pelas condições femininas nas relações sociais, sobretudo as de matrimônio.

Para desenvolver a abordagem proposta, o trabalho compreende cinco segmentos. O primeiro corresponde à introdução ora apresentada. No segundo segmento, busca-se estabelecer os pressupostos da pesquisa, a partir de um breve panorama do feminismo ocidental. O terceiro segmento é dedicado às reflexões de Angela Davis sobre a intersecção entre mulher, raça e classe, tendo em vista a historicidade da escravidão nos Estados Unidos pela ótica das mulheres negras escravizadas. O quarto segmento é dedicado à criação literária de Ana Miranda a respeito de Xica da Silva, a quem a autora denomina de “a cinderela negra”. Para tal, é levada em conta a personificação da mulher negra no contexto do Brasil colonial. No quinto segmento, são apresentadas as conclusões do trabalho, na figura de Xica da Silva como exceção, não regra, na história das mulheres negras do país.

## 2 ESTABELECENDO PRESUPOSTOS: UM BREVE PANORAMA DO FEMINISMO OCIDENTAL

As primeiras figuras femininas conhecidas historicamente são as de Eva, Maria e Madalena. Suas imagens foram definidas pelas características corporais. Enquanto Eva foi a pecadora que abriu as portas do mundo e do martírio ao homem, por meio de um Deus castigador, Maria foi a anunciação da nova vida ao filho de Deus. Madalena representou a primeira mulher que, ao ser denominada prostituta, foi subjugada pela *mais antiga profissão do mundo*, estabelecendo, com Maria, o extremo da sensualidade, em contraste com uma castidade valorada.

A construção das representações de Eva, Maria e Madalena foram definidas pela organização político-social da Idade Média, amplamente divulgada e até hoje compreendida. A religiosidade se mostrou não só opressora, mas uma amarra dos corpos, desejos e condições femininas, numa posição de entendimento dos corpos das mulheres em nome do sistema patriarcal. Sem direito ao próprio nome, pois o recebe do pai ou marido, o pecado dos seus filhos já nasce com eles por meio do corpo da mãe.

Para Georges Duby e Michelle Perrot, "as mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História"<sup>1</sup>. Estudos na área da Antropologia e da História das Humanidades contribuíram para que elas saíssem dessas sombras, destacando, por meio deles, os relatos do *microcosmos* cotidiano, privado e individual, que passam a ser o foco dos interesses de pesquisa. Apesar disso, estar à frente da História, com "H" maiúsculo, nem sempre representa que a elas lhes tenham dado os papéis de protagonistas e/ou autônomas das próprias vidas.

A representação da mulher na Idade Média é o primeiro anúncio de que os papéis de gênero estão fortemente relacionados às suas condições sociais de *feminino*. Naquele período, o senso comum que a compreendia a mulher por meio de sua corporeidade. Para Christiane Klapisch-Zuber, "as mulheres são governadas pelo seu sexo"<sup>2</sup>, porque assim como os filhos, a morte e o sofrimento entram no mundo por meio delas. O castigo a seus corpos e à sua sexualidade é tarefa

---

<sup>1</sup> DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento: 1990, p. 07.

<sup>2</sup> KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Traços e imagens das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento: 1990, p. 09.

masculina, e as crenças e os saberes daquele tempo corroboravam para essa premissa, pois "provérbios, ditados, mas, sobretudo, tratados médicos teológicos, didáticos e morais forneceram, desde a Antiguidade, todo um arsenal"<sup>3</sup>, estabelecendo teorias que atuavam a uma realidade que trancafiava os corpos femininos aos desejos e compreensões masculinas de mundo.

A condição feminina, infelizmente, não mudou muito, entre a definida na Idade Média e a que a atualidade ainda se registra como válida. Nesse sentido, Judith Butler sinaliza o *corpo aprisionado* em busca de libertação, sendo as mulheres um caso específico nesse aspecto, pois estariam a serviço da lei da moral e da lei patriarcal. Ao refletir sobre as teses de Foucault, em *Vigiar e punir*, a questão religiosa do corpo está atribuída à relação dual com a alma: "nos termos de Foucault, a alma não é aprisionada pelo ou dentro do corpo, como sugeririam algumas imagens cristãs, mas 'a alma é a prisão do corpo'"<sup>4</sup>.

A sexualidade é um dos entraves na maneira como se condiciona a corporeidade feminina, mas a escrita de mulheres pode ser uma tentativa recorrente de transgressão. Justificando a subversão da lei por meio da própria internalização dos termos dessa lei, é por meio da corporeidade culturalmente compreendida, confrontando-se com as questões morais, políticas e culturais, que se abrem novas possibilidades e perspectivas.

A publicação de *O segundo sexo*, em 1949, contribui para a revisão histórica desses aspectos da visão social da mulher, tornando-se a base da teoria feminista ocidental. Simone de Beauvoir, ao recuperar a imagem feminina ao longo da história, entende que a posição das mulheres está na relação de perda, de carência de qualidades, de homem incompleto:

Ela não é senão o que o homem decide que seja; daí dizer-se o "sexo" para dizer que ela se apresenta diante do macho como um ser sexuado: para ele, a fêmea é sexo, logo ela o é absolutamente. A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Ibid., p.09.

<sup>4</sup> BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 233-234.

<sup>5</sup> BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 16-17.

A necessidade de se tornar um ser autônomo confere à mulher a consideração de uma definição por si, desatrelada e descolada da relação com o homem, sendo mais que seu *outro*, que sua escrava, que sua fêmea, que sua inferior e incompleta representação e subjugação.

Os estudos de Simone de Beauvoir refletem sobre as realidades configuradas por meio dos cerceamentos das oportunidades e das possibilidades das mulheres em relação aos homens. Tendo por base a teoria marxista e a filosofia existencialista, percebeu que os papéis femininos foram subjugados e dependentes da ótica masculina de ver o mundo. Compreende a sociedade nos termos de Sartre: machista, cuja transcendência masculina subordina a imanência feminina. Essa perspectiva, pautada na tradição histórica da condição da mulher, serve de base para as representações femininas e a crítica literária feminista, que surgirão na segunda metade do século XX, tanto a anglo-americana quanto a francesa.

Toril Moi<sup>6</sup> afirma que, por mais que as críticas feministas rechacem a importância teórica de Simone de Beauvoir, sobretudo por seu posicionamento socialista, de que seria esse o contexto capaz da libertação das mulheres e único necessário ao feminismo, a importância dos estudos da autora está no estabelecimento de um marco nos estudos de gênero, pois a recuperação da história e a crítica, ao confrontar os papéis femininos, evidenciam a necessária discussão sobre o tema da mulher, caso específico, distinto das óticas de outros sujeitos oprimidos, como trabalhadores e negros. Assim como no caso da autora francesa, Toril Moi destaca que Virgínia Woolf também foi injustamente acusada de antifeminista, tendo sua obra desvalorizada para os estudos da mulher, segundo o posicionamento de Elaine Showalter<sup>7</sup>.

Para Elaine Showalter, a compreensão que tem do feminismo literário se afasta muito do entendimento de Virgínia Woolf sobre o tema. Entendendo *Um teto todo seu* como *Uma Literatura toda sua*, assinala o desvio da tradição em que caracteriza a escrita de Virginia Woolf, e evidencia um posicionamento de recusa da obra como não feminista, acusando-a, inclusive, de desnecessária a essa crítica. O entendimento de uma literatura que seja obrigatoriamente reveladora entre a

---

<sup>6</sup> MOI, Toril. **Teoría Literaria Feminista**. 2ª edición. Madrid: Cátedra, 1995, p. 102.

<sup>7</sup> Ibid., p. 15.

experiência do escritor e a autenticidade experienciada do leitor atribuem à compreensão de Elaine Showalter uma limitação do que a literatura de Virgínia Woolf sinalizava e, até hoje, significa: o valor modernista da escrita *versus* o posicionamento realista burguês de Elaine Showalter<sup>8</sup>.

A crítica de Elaine Showalter inaugura um posicionamento bastante recorrente à crítica de escritura de mulheres: a de que a autoria deve estar o mais realista possível a sua autobiografia. Esse tipo de compreensão estava bastante em voga na crítica anglo-americana, principalmente em sua primeira fase. O final do século XIX e início do século XX nos Estados Unidos uniam gênero e raça como pressupostos da posição social, subjugando mulheres e negros<sup>9</sup>. Nesses primeiros anos, a crítica feminista atuava no interesse político e social, e só aos poucos a literatura foi se tornando importante, como domínio cultural. A relação entre política e cultura foi se engendrando por meio das novas perspectivas de orientações, de um lado, pelo interesse das mudanças institucionais e, de outro, pelas mudanças na aplicação da crítica literária.

A criação de uma nova linha interpretativa aliava, assim, duas medidas: poder criar novos critérios acadêmicos de moderação do feminismo, e possibilitar uma escritura reacionária, fora do padrão masculino de escrita. É por essa nova perspectiva que obras como as de Virgínia Woolf e Simone de Beauvoir passam a ser, bem como outras, a base da crítica feminista anglo-americana.

O processo de profissionalização da crítica feminista ocorre como um conflito para os modelos críticos de então, e se configura como um compromisso político que se desenvolve de distintas maneiras nos anos 1970 e 1980. As urgências sociais de acesso aos postos de trabalho, as necessidades do movimento e a entrada em uma institucionalização de ensino e de conhecimento tornam os trabalhos produzidos sempre em função de sua realidade social, e uma das críticas mais férteis da linha anglo-americana se define como *Imagens da mulher*<sup>10</sup>.

A análise crítica desse novo posicionamento de percepção das personagens literárias se deu por meio da abordagem de estudos de autores e autoras que possuíam personagens femininas que foram entendidas como “irreais”. Esse tipo de

---

<sup>8</sup> Ibid., p. 17.

<sup>9</sup> Ibid., p. 36.

<sup>10</sup> Ibid., p. 54.

análise teve origem na coleção de ensaios intitulada *Images of Women in Fiction: Feminist Perspectives*, publicada em 1972, por Susan Cornillon<sup>11</sup>, e basicamente discutiu as estereotipações femininas nas obras de autores homens. Relacionando literatura e vida, percebia a leitura como um ato comunicativo entre autor e leitor, sendo o crítico um também leitor e, por isso, dono de uma análise cuja imparcialidade não existia. A crítica a esse modelo analítico reside, sobretudo, nessa posição de parcialidade, pois nem sempre as motivações do leitor se mostram claras e precisas, estando muitas vezes inconscientes.

Outro dos perigos desse tipo de atividade autobiográfica também pode revelar o encerramento do texto na interpretação de vida/obra das autoras, num erro comum de “encaixar” a experiência do autor nas suas produções ficcionais, além de agregar o espelho e o reflexo da vida no texto. Dessa forma, pensar os níveis de autenticidade relacionados à vida de personagem na vida da autoria marca uma tendência da escrita de personagens femininas sempre planejadas em enredos do lar, da casa e do sentimento. Essa maneira simplista e discriminatória das obras abriu para outra perspectiva de análise a crítica anglo-americana: a *literatura de mulheres e mulheres na literatura*, por uma perspectiva centrada na mulher.

O interesse pelas obras escritas por mulheres tomou força por volta de 1975, tornando-se um movimento crítico-teórico promissor e profícuo nesse período, principalmente pela elaboração da antologia *Feminist Criticism: Essays on Theory, Poetry and Prose*, por Cheryl L. Brown e Karen Olson, publicado em 1978<sup>12</sup>. Todos os ensaios abordavam questões teóricas e obras escritas por mulheres, enfoque que passa a ser dominante na crítica anglo-americana. Dentre as obras que se destacam nesse período está a de Elaine Showalter, cuja crítica de Virgínia Woolf referi anteriormente.

As três autoras mais representativas da crítica feminista anglo-americana deste período foram Annette Kolodny, Elaine Showalter e Myra Jehlen, e partem do pressuposto político para a compreensão da literatura e da autoria. A principal característica desse tipo de análise tornou-se a dissociação da oposição entre político e estético, pois toma o feminismo como o rebelar-se das interpretações machistas da crítica cultural como exercício imparcial.

---

<sup>11</sup> Ibid., p. 54.

<sup>12</sup> Ibid., p. 62.

A teoria feminista literária francesa também tem como base a herança de Simone de Beauvoir. Nasce pós-1968, filho da revolta de Maio de 68, e forma seus primeiros grupos em um meio intelectual politizado. Diferencia-se da crítica anglo-americana principalmente na relação que estabelece entre política e psicanálise. As diferenças conceituais também concentram a intencionalidade da compreensão da linguagem da/para crítica, e possuem as características de mescla entre escrita teórica e poesia<sup>13</sup>.

As três autoras mais significativas da teoria francesa foram Hélène Cixous, Luce Irigaray e Julia Kristeva. Em comum, a referência de Simone de Beauvoir e a maneira como tratam a relação entre mulher e linguagem. Por ser um cenário mais teórico, fortemente marcado pela psicanálise de Jacques Lacan, e menos social, essas autoras tiveram menos eficácia em estratégias sociais e políticas do que suas companheiras anglo-americanas. Por esse motivo, concentrarei a retomada dos aspectos teóricos das autoras, mais que o cenário político de tais vertentes, pois as contribuições no campo da crítica se deram de maneiras diferentes, entre as duas correntes.

Hélène Cixous<sup>14</sup> vê o corpo como um construto da literatura de autoria feminina. A *escritura feminina* que propõe e desenvolve tem como intenção o pensamento crítico de temas feministas, entendidos como presos pelas redes opressoras da dualidade das hierarquias da ideologia machista. Ao invés de tratar como feminista, a autora prefere o posicionamento de *movimento da mulher*, destacando o caráter atuante deste, em contraposição ao que considera estanque feminista. Dessa maneira, a *écriture féminine* equivale a textos que tratam da diferença, relacionado aos termos de Derrida, cujo entrelugar potencializa as distinções entre o binarismo masculino e feminino, assemelhando-se ao ato da escrita.

Luce Irigaray<sup>15</sup> entende o outro do homem, de Beauvoir, como uma repressão feminina no discurso machista. Seu *speculum*<sup>16</sup> revela as reflexões machistas e seu sentido de espelho, em que as mulheres, assim como a linguagem, se relacionam ao discurso falocêntrico de maneira passiva. Fortemente influenciada pelo discurso

---

<sup>13</sup> Ibid., p. 95.

<sup>14</sup> Ibid., p. 112.

<sup>15</sup> Ibid., p. 136.

<sup>16</sup> A tese doutoral de Luce Irigaray se intitulada *Spéculum de l'autre femme*.



sobre a feminilidade, de Freud, desenvolveu a crítica de como o autor, apesar de revolucionário em muitos aspectos, submete-se às regras misóginas da tradição filosófica ocidental ao tratar do tema. A possibilidade de ser sujeito é negada às mulheres, o que inviabilizaria a própria compreensão de construção desse sujeito e, por vezes, é no misticismo, a possibilidade real, ainda que limitada, de descoberta do prazer pela mulher.

A qualificação da feminilidade para Luce Irigaray é plural e múltipla. A mulher não seguiria um modelo que a obrigue à seleção de algo em detrimento de outro, mantendo, como Hélène Cixous, a mulher fora de toda propriedade. Nesse sentido, a condenação da mulher por parte do essencialismo, invoca outras discussões, como a opressão e a emancipação, caso em que se aplica, por exemplo, Julia Kristeva, que assinala uma revolução social baseada numa sociedade de classes e sexos, cuja intenção é elaborar o conceito de feminino.

A estrangeirização<sup>17</sup> do discurso de Julia Kristeva<sup>18</sup> evidencia a sua crença na diferença por meio da linguagem, e talvez só nela resida esse sentido de distinção. A ideia de *intertextualidade* representa a maneira como um ou mais sistemas de signos se transpõem uns aos outros, e o sexismo da linguagem já começaria, por exemplo, nas questões sobre nomeação, uma vez que quem nomeia tem poder de influenciar realidades. O ato de nomear não só é poder, mas um meio de estabelecer realidades em categorias definidas. A mulher, portanto, torna-se um marginal da ordem machista, e representa tudo que está fora dos nomes e ideologias hegemônicas. Kristeva não crê, como Hélène Cixous, em uma escritura feminina, mas numa especificidade de escritura das mulheres, ou de qualquer sujeito, seja masculino ou feminino, que se coloca marginalizada da estrutura social dominante e, por isso, transgressora.

Nesse sentido, *Teoria Literaria Feminista* é uma obra fundamental para a compreensão do panorama crítico-literário do feminismo. Indica as principais correntes da teoria feminista literária, a anglo-americana e a francesa, e sinaliza o aspecto fundamental dessa crítica, a da parcialidade, tendo em vista a causa política

---

<sup>17</sup> Roland Barthes “opina que el discurso extranjero de Kristeva socava nuestras más queridas convicciones precisamente porque se sitúa fuera de nuestro espacio, insertándose concientemente en las fronteras de nuestro propio discurso”. MOI, Toril. **Teoría Literaria Feminista**. 2ª edición. Madrid: Cátedra, 1995, p. 158.

<sup>18</sup> MOI, Toril. **Teoría Literaria Feminista**. 2ª edición. Madrid: Cátedra, 1995, p. 161-162.

de exposição das práticas machistas para eliminá-las, e da importância da compreensão dos espaços para a tradição que inscrevem.

A perspectiva de como as mulheres têm sido representadas corresponde a formas naturalizadas de imposições sociais pautadas no patriarcado, e uma das primeiras percepções de destaque se dá pela impossibilidade ou limitação de circulação dos espaços. Dessa forma, a dicotomia público/privado indica as primeiras imposições do que a mulher pode e não pode. Luís Felipe Miguel e Flavia Biroli<sup>19</sup> destacam que a dualidade entre as esferas público e privado estabelecem corresponde a desvantagens às mulheres em função dos estereótipos de gênero. Isso significa que, ao pensar nos papéis femininos, supõe-se que, dadas as condições preestabelecidas, há atuações específicas das mulheres que contribuem não só para sua distinção, como para uma exclusão em certas funções não porque não podem, mas porque não devem.

As relações existentes entre o público e o privado são bastante complexas, e Carole Pateman as relaciona na ideia de contrato<sup>20</sup>. Para a autora, por exemplo, o contrato social atua de maneira a legitimar o direito, enquanto patriarcal/social, dos corpos femininos ao poder dos homens. Segundo consta, o contrato social seria uma maneira de os homens estabelecerem suas seguranças por meio do Estado, abrindo mão da plena liberdade em nome de direitos civis. No entanto, o contrato prevê liberdade aos homens, e as mulheres estariam, por habitantes da esfera privada, submetidas às leis do patriarcado, porque as leis do externo só se aplicam por meio da sujeição aos homens.

As mulheres, portanto, não participam do contrato, mas são objeto dele, estando postas a serviço da garantia do direito masculino patriarcal civil. Em nome dessa proteção civil, nem todos serão beneficiários da mesma liberdade e do poder e, assim como o capitalismo explora os trabalhadores, pelos contratos de trabalho, os maridos podem subordinar as mulheres, por meio dos contratos de casamento<sup>21</sup>. Mesmo que a esfera privada se estabeleça como um alicerce à vida civil, sua importância é inferior e menosprezada em relação à esfera pública.

---

<sup>19</sup> MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31.

<sup>20</sup> PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 15.

<sup>21</sup> Ibid., p. 15.

Além da efetiva consumação do contrato na relação sexual, destaca Carole Pateman que a concepção contratual do casamento tem como premissa o indivíduo como proprietário, estabelecendo seu acesso à propriedade na pessoa. As mulheres, submissas a essa ordem, definem suas posições por meio da passagem de filhas a esposas, seguindo a ordem de dependência e de objeto. No entanto, o contrato sexual não está só atrelado ao contrato do casamento, pois apesar de o matrimônio ser fundamental para o direito patriarcal, esse tipo de contrato não é o único.

A prostituição representa um milionário comércio de corpos femininos<sup>22</sup>, estabelecendo outra forma de relação contratual. Apesar de haver uma tendência contratualista que faz com que se perceba a prostituta como uma trabalhadora e, em tal função, possuidora de total direito trabalhista e sindical, bem como essa profissão ser encarada como comum e legal, que não ocorreria por questões hipócritas de bons costumes morais, a realidade não corrobora com essas premissas. Na realidade, o que configura a prostituição está na observação do desejo do corpo como mercadoria<sup>23</sup>, e se confirma como uma maneira de os homens terem acesso aos corpos das mulheres. Dessa maneira, tanto o contrato do casamento quanto o contrato da prostituição se configuram como subjugação feminina por meio de seus corpos, como se suas diferenciações corporais em relação aos homens fizessem às mulheres um elemento norteador da submissão e da dominação.

Ao entender o gênero como uma categoria de análise<sup>24</sup>, pautamos todas essas condições das mulheres em prol de um reconhecimento dos papéis limitados ao gênero feminino, e de que maneira devemos operar constantemente para a discussão e a transgressão desses aspectos. O estudo do feminismo é também um estudo gramatical, porque as palavras não só têm *história*, como assinala Joan Scott, mas também, e principalmente, *intenção*.

O texto de Joan Scott, publicado em 1989, confere à autora a inovação da temática de gênero até então, significando um divisor de águas para as pesquisas sobre o termo. Além de apresentar a historicidade da categoria “gênero”, que

---

<sup>22</sup> Ibid., p. 279.

<sup>23</sup> Ibid., p. 285.

<sup>24</sup> SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: Revista Educação e Sociedade. Vol.15, n.02, 1990, p. 01.

durante muitos anos foi utilizada como sinônimo de “mulher” – como se só houvesse dois “sexos”, o masculino e o feminino –, Joan Scott inaugura a articulação entre gênero e poder, destacando o aspecto relacional entre indivíduo e estrutura.

Para a autora, as correntes do feminismo foram importantes para o desenvolvimento da ideia de gênero, mas é fundamental a rejeição da fixidez opositiva binária entre homens e mulheres para a necessidade de uma historicização e de uma desconstrução<sup>25</sup>, nos termos de Derrida, que significa o caminho a ser percorrido, analisando contextos de maneira a deslocar a hierarquia. Novamente, a noção de política e poder se coloca como necessária e fundamental, corroborando os trabalhos da crítica anglo-americana.

Compreender o gênero como categoria histórica aproxima Joan Scott de Linda Nicholson, que tem nos anos 1960 a reflexão de como os grupos feministas evidenciavam seus estudos na distinção entre sexo e gênero. Ao interpretar o gênero<sup>26</sup>, Linda Nicholson defende que sexo e gênero são termos comumente problematizados nos estudos feministas, tendo o “sexo” o que fica de fora da cultura. Ao propor o corpo como a compreensão dos atos sociais, que definem as condições sociais do masculino e do feminino, faz dele a noção do processo histórico da diferença.

Dessa forma, as relações teórico-críticas que as referências anglo-americanas e francesas apresentam devem se confrontar com o cenário brasileiro. Ao especificar o feminismo no âmbito da América Latina, Ana Alice Costa<sup>27</sup> distingue o movimento social, no contexto das ideias iluministas, como tendo seu auge na luta sufragista, e só nos anos 1960 volta a ressurgir. A primeira onda do feminismo, por exemplo, caracterizada como a busca pelos direitos civis, ocorre no Brasil em meados dos anos 1930, com o sufrágio feminino em 1932, mas aplicável a todas as mulheres em 1934, embora com restrições. Essas primeiras ações, no entanto, eram conservadoras, pois apesar da luta pela conquista do voto e da emancipação, as mulheres ainda defendiam seus lares e a família, tendo a “Marcha com Deus, pela pátria e pela família”, como um dos exemplos mais fortes.

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 18.

<sup>26</sup> NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584, p. 10.

<sup>27</sup> COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

A segunda onda no Brasil foi influenciada pela Igreja, que promovia oposição à ditadura, mas que também era contra direitos das mulheres, como o aborto. Essa segunda onda, propriamente dita, que buscava direito ao corpo e à liberdade de expressão, ocorre somente nos anos 1970, como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, e acontece com o aumento da incorporação da mulher no mercado de trabalho e a ampliação do sistema educacional.

A terceira onda, com as de lideranças no exílio, institucionalização universitária, na busca por um direito a interpretar, ocorre a partir de 1975. Os anos 1980 foram os tempos de incorporar os interesses femininos nos partidos políticos de então. Mais uma vez, o movimento se dividiu entre aquelas que acreditavam que uma institucionalização tornaria mais forte o movimento e as que queriam seguir autonomamente. Dentro dos interesses políticos do Estado – e dos homens – o movimento se conflituou, não só pela fenda ideológica que as próprias feministas abriram em função da possível politização das suas pautas, mas também pelo interesse masculino por suas lutas. Os anos 1990 iniciam-se, dessa forma, fragilizados por tal cenário, dando espaço para inúmeras lutas particulares, segundo interesses próprios de grupos populares.

Para Heloísa Buarque de Hollanda<sup>28</sup>, estamos atualmente na quarta onda do feminismo. O ano de 2013, por meio das manifestações sociais da *hashtag* “#vemprarua”, marca-se como uma enorme mudança no panorama discursivo e político, quando o anonimato passa a ser parte do fazer político. Por meio de um *feminismo de rede*, em que a personalidade se torna pública e coletiva, as ações de militância se tornam pragmáticas, por meio de ocupações, objetivando resultados práticos, muitas vezes por meio da *performance*. Se a primeira onda tinha como pressuposto o direito ao voto, a segunda onda, o direito ao corpo, a terceira onda, o direito ao interpretar, a quarta onda é um direito à *performance*, ao corpo como plataforma discursiva.

A noção desse empoderamento pode ocorrer de variadas formas, mas talvez a relação com a cultura seja a mais efetiva, porque é na cultura que podemos

---

<sup>28</sup> “O papel do homem no feminismo é se desconstruir”, diz Heloisa Buarque de Hollanda”. Gaúcha ZH – Comportamento. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso em agosto de 2018.

interferir nos papéis femininos. Na organização social que se estabelece, alguns comportamentos são aceitos e outros não, o que é desejado e o que não é desejado, o correto e o não correto. O Estado é bastante significador desses processos e, como assinala Jean Franco<sup>29</sup>, no caso latino-americano, é delimitador do cenário que se apresenta às mulheres, e a produção literária feminina e os movimentos sociais na América Latina não foram ocasionais. Tais questões surgiram no momento em que as mudanças sociais eram necessárias em nome de uma identidade própria.

No livro “*Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*”, de Márcia Hoppe Navarro, há uma apresentação cujo teor é muito impactante, pois destacava duas questões pertinentes à pesquisa da professora naquele período: a primeira, quanto à proposta mesma do livro; a segunda, quanto à importância do tema:

Por que as velhas palavras “rompendo o silêncio”, como título deste livro? Porque, como dito, são “velhas”, e o “silêncio” é tão antigo e sedimentado, tão difícil de romper-se, que é preciso repetir à exaustão para que se possa, efetivamente, quebrá-lo. Para que seja possível, de fato, afirmar que a mulher latino-americana está “rompendo o silêncio”. Silêncio permanente. Silêncio nas artes, silêncio na participação econômica, silêncio político, literário – imposto e sofrido<sup>30</sup>.

*Romper o silêncio* é o objetivo que as mulheres buscam, sejam através de seus espaços privados, sejam através de discursos públicos e/ou acadêmicos, discursos que se validam diante da importância do tema, apagados ou simplesmente desconsiderados na ótica intelectual (masculina). No entanto, percebe-se que o significativo trabalho de Márcia Navarro, longe de uma resposta, era um projeto que tinha em mãos a formulação de uma problemática, imbricada ao próprio sentido e fundamento da proposta da pesquisa, que é a de perceber os estudos de gênero na arte, como a literatura, como um processo de revelação e de representação da própria vida.

<sup>29</sup> FRANCO, Jean. **Marcar diferenças, cruzar fronteiras**. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005, p. 127.

<sup>30</sup> NAVARRO. Márcia Hoppe. Apresentação. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Rompendo o silêncio: Gênero e literatura na América Latina**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 09.

Passaram-se alguns anos entre a publicação da referida obra, ocorrida em 1995, e nossos tempos atuais. No entanto, é sintomático perceber que os temas destacados por Márcia Navarro ainda seguem semelhantes, como se os mais de vinte anos dessa distância não fossem suficientes para que essas compreensões do papel feminino na América Latina fossem *mudadas*. Felizmente, os movimentos cada vez mais fortes na sociedade têm feito com que cada vez mais denúncias sejam feitas, seja em delegacias ou na mídia, cada vez mais debates têm surgido nas redes sociais, salas de aula, pesquisas e documentos; cada vez mais os movimentos têm tido voz e vez, e isso altera o *status quo*, porque são esses deslocamentos que alteram as estruturas, influenciam as ações e destroem os sistemas. A teoria crítica feminista possui um forte apelo teórico nas academias, mas tem, cada vez mais, clamor social, das necessidades que se fazem realidades a cada dia, a cada mulher que não tem direito a algo básico e de direito de todos: à cidadania.

O cenário apresentado por Simone de Beauvoir representa um contexto de necessidade de empoderamento feminino europeu. O caso latino-americano é bem mais complexo, porque as relações citadas pela autora estão sob outra ótica: a racista. Jessé Souza e Angela Davis, por exemplo, definem e explicam bem o quanto o cenário americano se coloca à deriva de uma necessidade de gênero porque outras demandas estão sujeitas a sua vontade: a cultura e a herança histórica da escravidão.

### 3 ANGELA DAVIS: A INTERSECCIONALIDADE MULHER, RAÇA E CLASSE

No último livro de Jessé Souza, *A elite do atraso*, a contestação do autor é categórica: acredita-se que a noção de vira-lata brasileiro e de corrupção do Estado, como explicações dominantes, criada, sobretudo pela “manipulação midiática e política contra a democracia e contra os interesses populares”<sup>31</sup>, fortalece-se “na história e na sociologia do vira-lata”<sup>32</sup>, pois se esclarece numa totalidade da realidade brasileira.

Esse complexo de vira-lata, aliado à corrupção (do Estado e do indivíduo), forma a teoria que responde às questões “de onde viemos”, “quem somos” e “para onde vamos”: o culturalismo racista<sup>33</sup>. Para Jessé, essa teoria é de senso comum, conservadora, posta como verdade, e nem mesmo a esquerda a conseguiu derrubar. Baseada no pressuposto de que a transmissão cultural se dá de modo automático como o código genético, seu pai fundador é Gilberto Freyre, com a obra *Casa-grande e senzala*, e é essa obra, analisada sociologicamente por Jessé Souza, que “faz da escravidão sadomasoquista o poder principal e não o conagraçamento de raças e culturas, que foi o ponto que o próprio Freyre privilegiou”<sup>34</sup>.

Na conjuntura sócio-político-cultural de domínio português, o autor apresenta que os portugueses “assumiram o desafio de mudar a empreitada colonizadora

<sup>31</sup> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Formato e-pub. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2017.

<sup>32</sup> *Ibid.*, s/p.

<sup>33</sup> Explica-nos Jessé Souza: “O falso rompimento com o racismo científico é de fácil comprovação. Quando se apela para o “estoque cultural” para explicar o comportamento diferencial de indivíduos ou de sociedades inteiras, temos sempre um aspecto central dessa ideia que nunca é discutido ou percebido: seu racismo implícito. Em outras palavras, o culturalismo da teoria da modernização – e de nosso culturalismo tupiniquim também, como veremos – é uma continuação com outros meios do racismo científico da cor da pele e não a sua superação. Os dois fazem parte, portanto, do mesmo paradigma e ambos continuam a achar que são fluidos misteriosos que causam as doenças” (JESSÉ SOUZA, 2017: s/p). E ainda: “O culturalismo, falso cientificamente como ele é, cumpre assim exatamente as mesmas funções do racismo científico da cor da pele. Presta-se a garantir uma sensação de superioridade e de distinção para os povos e países que estão em situação de domínio e, desse modo, legitimar e tornar merecida a própria dominação. Hoje em dia, na Europa e nos EUA, absolutamente ninguém deixa de se achar superior aos latino-americanos e africanos. Entre os melhores americanos e europeus, ou seja, aqueles que não são conscientemente racistas, nota-se o esforço “politicamente correto” de se tratar um africano ou um latinoamericano como se este fosse efetivamente igual. Ora, o mero esforço já mostra a eficácia do preconceito que divide o mundo entre pessoas de maior e de menor valor. A desigualdade ontológica efetivamente sentida, na dimensão mais imediata das emoções, tem que ser negada por um “esforço” do intelecto que se polícia. Os rituais do politicamente correto são explicáveis em grande medida por esse fato” (JESSÉ SOUZA, 2017: s/p).

<sup>34</sup> SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Formato e-pub. Rio de Janeiro: Leya Brasil, 2017.



comercial e extrativa no sentido mais permanente e estável da atividade agrícola”<sup>35</sup>, tendo uma agricultura de monocultura basicamente dependente do trabalho escravo. A família, fundada, sobretudo, pela união do homem português com a mulher índia, forma a sociedade política e cultural do Brasil colônia, e é fundamentada no “particularismo da família patriarcal”<sup>36</sup>, cujo chefe de família se torna também a autoridade absoluta. Esse patriarcalismo se forma de modo a considerar a família “como alfa e ômega da organização social do Brasil colonial”<sup>37</sup>, com base econômica efetivamente desenvolvida pela mão-de-obra escrava.

O caso brasileiro de escravidão é um tópico bastante importante na leitura de Jessé, e por esse motivo, fundamental para a posição que se adota neste estudo. O autor afirma que a escravidão brasileira é o resultado da “mistura da escravidão semi-industrial das plantations típicas do continente americano com a escravidão familiar e sexual moura e muçulmana”<sup>38</sup>. Essa peculiaridade, que alia produção semi-industrial e sexual, é o que configura, em essência, as relações de classe e de gênero no Brasil, numa relação sadomasoquista. A ideia de sadomasoquismo, influenciada por Norbert Elias, em que o indivíduo internaliza a instância da culpa, formando a relação de violência como disciplina, configura uma “patologia social específica, onde a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais”<sup>39</sup>.

O Brasil Moderno, pós-1808, não derrubaria essa ótica e não traria novos rumos ao país. Os quase 350 anos de escravidão deixam mazelas até hoje marcadas social-político-econômico-culturais bastante fortes e, conseqüentemente, desiguais. Jessé Souza destaca que o período moderno brasileiro alia a lógica sadomasoquista com o mercado capitalista competitivo e o Estado burocrático centralizado, estabelecendo a passagem do patriarcalismo rural para o urbano, numa decadência rural em nome de uma ascendência cultural cidadina. A constituição de uma nova hierarquia social, pautada em outros hábitos, papéis sociais e profissões, tem origem na dicotomia entre valorização da cultura europeu burguesa e desvalorização da cultura antieuropeia do interior. A modernidade da

---

<sup>35</sup> Ibid., s/p.

<sup>36</sup> Ibid., s/p.

<sup>37</sup> Ibid., s/p.

<sup>38</sup> Ibid., s/p.

<sup>39</sup> Ibid., s/p.

Europa configura uma base de classe e de raça, em que o branco corresponde à modernização do país.

A abolição da escravidão não finaliza a desvalorização e a discriminação dos negros em nosso país. Pelo contrário, o “deslocamento espacial do eixo de desenvolvimento econômico nacional”<sup>40</sup>, representativo com São Paulo, substitui o Nordeste brasileiro “e sua monocultura decadente do açúcar como polo de desenvolvimento”<sup>41</sup>. A “ralé brasileira”, termo cunhado por Florestan Fernandes, evidencia uma tentativa, efetivada, de fato, de tornar invisível os negros, através do culturalismo racista e do abandono dessa classe:

Fruto, antes de tudo, ainda que não unicamente, do abandono dos ex-escravos, a existência dessa classe singulariza e explica a situação social, política e econômica do Brasil como nenhuma outra questão. Tudo aquilo que o culturalismo racista busca esclarecer como decorrência de uma herança maldita luso-brasileira para a corrupção, decorre, na verdade, do abandono dessa classe. Como a tornamos invisível, o trabalho dos intelectuais conservadores fica facilitado<sup>42</sup>.

A concorrência de mão-de-obra entre ex-escravos *versus* imigrantes contribuiu para a erradicação do cenário apresentado por Florestan Fernandes. Ele acredita que a “ralé brasileira”, “composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação”<sup>43</sup>, evidencia o negro como uma vítima de uma das mais covardes violências, a da animalização, e institucionalizam um *status quo* desigual e falsamente normativizado:

O raciocínio de Florestan aqui é tributário da teoria da modernização. De acordo com os pressupostos dessa teoria, a exclusão social e o comportamento disruptivo são sempre percebidos como passageiros e não um traço permanente que, dependendo do nível moral e político de uma sociedade concreta, pode ser reproduzido ad infinitum. Esse é exatamente o caso brasileiro aos meus olhos<sup>44</sup>.

---

<sup>40</sup> Ibid., s/p.

<sup>41</sup> Ibid., s/p.

<sup>42</sup> Ibid., s/p.

<sup>43</sup> Ibid., s/p.

<sup>44</sup> Ibid., s/p.

A realidade do negro, no entanto, não era a mesma das mulheres negras escravas. Jessé destaca que as mulheres negras, em função de sua especialização em serviços domésticos, encontram oportunidades de trabalho, nesse período de transição, pois não havia interesse da população imigrante nesse tipo de serviço, o que as coloca como cerne da família negra, por uma circunstância de “matrifocalidade”, em que a mulher “representa uma referência econômica e social de estabilidade”<sup>45</sup>.

A junção dos fatores relativos à ótica do culturalismo racista evidencia que a população negra configura um cenário diferente do europeu no continente americano, em se tratando, representativamente por Jessé Souza, o caso brasileiro. Mas a evidência do racismo não se subtrai pela abolição da escravidão; pelo contrário, ela se potencializa em outros casos e outras esferas, criando outros mecanismos de sutilezas, disfarçadas pela “cultura”. A posição de Jessé Souza, ao apresentar o cenário no que tange às questões de gênero, apesar de timidamente em sua obra, é a premissa da escritura de Angela Davis. É em *Mulheres, Raça e Classe* que a autora estado-unidense alia dois pontos bastante representativos para as lutas pelo empoderamento feminino: a luta de classes e o racismo.

Como disse Simone de Beauvoir, as relações sociais e políticas das mulheres, em se tratando de comparativos com escravos e operários, se conjugam sob uma ótica mais complexa, pois se colocam como dependentes de qualquer homem, dentro de um cenário, como apresentado por Jessé Souza, já discriminatório porque escravocrata. Essas relações, para Angela Davis, evidenciam o legado da escravidão e sua análise não foge à ótica já estabelecida dos autores: o que ocorre é a visão interpretativa da mulher nesse cenário, negra e branca, e como se configuraram essas novas relações sociais, considerando o agravante da mulher negra e escravizada, nessa moldura social.

Publicado em 1981, *Mulheres, Raça e Classe* representa uma discussão fundamental para o trabalho do feminismo como um todo, pois apresenta a relação intrínseca entre raça e classe no âmbito dos papéis sociais femininos. A realidade escravocrata das Américas realmente repercute em todos os setores da economia e da política, mas, sem dúvida, suas maiores heranças estão concentradas nas

---

<sup>45</sup> Ibid., s/p.

relações sociais entre os indivíduos, num ponto central: a fértil posição privilegiada de uns como dependente da maior subjugação de uma classe explorada.

Para Djamila Ribeiro, autora do prefácio à edição brasileira, de 2016, Davis representa uma mulher “à frente de seu tempo”, pois percebe não só as questões que afetam a sociedade em seu momento histórico, mas indica “apontar o potencial revolucionário de seu pensamento, que nos inspira a pensar além e a sair do lugar-comum”<sup>46</sup>. Ao aliar, “de forma brilhante academia e militância, recusando uma suposta neutralidade epistemológica”<sup>47</sup>, Davis traz na obra as nuances da opressão. Cita Djamila: “começar o livro tratando da escravidão e de seus efeitos, da forma a qual a mulher negra foi desumanizada, nos dá a dimensão da impossibilidade de se pensar um projeto de nação que desconsidere a centralidade da questão racial”<sup>48</sup>.

A realidade escravocrata das Américas realmente repercute em todos os setores da economia e da política, mas, sem dúvidas, suas maiores heranças estão concentradas nas relações sociais entre os indivíduos, num ponto central: a fértil posição privilegiada de uns como dependente da maior subjugação de uma classe explorada. Como bem disse Simone de Beauvoir<sup>49</sup>, as relações sociais e políticas das mulheres, em se tratando de comparativos com escravos e operários, se conjugam sob uma ótica mais complexa, pois se colocam como dependentes de qualquer homem, dentro de um cenário, como apresentado por Jessé Souza, já discriminatório porque escravocrata. Essas relações, para Angela Davis, evidenciam o legado da escravidão e sua análise não foge à ótica já estabelecida dos autores: o que ocorre é a visão interpretativa da mulher nesse cenário, negra e branca, e como se configuraram essas novas relações sociais, considerando o agravante da mulher negra e escrava, nessa moldura social.

Angela Davis já assinala, inicialmente, um posicionamento de ausência dessas questões em meio aos estudos sobre classe e raça, pois, nos meados de 1980, ainda faltavam análises sérias sobre as mulheres escravas:

---

<sup>46</sup> RIBEIRO, Djamila. “Prefácio à edição brasileira”. In: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 11.

<sup>47</sup> Ibid., p. 12.

<sup>48</sup> Ibid., p. 12.

<sup>49</sup> BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 21.

Em meio a toda essa atividade intelectual, porém, a situação específica das mulheres escravas permanecia incompreendida. As discussões incessantes sobre sua “promiscuidade sexual” ou seus pendores “matriarcais” obscureciam, mais do que iluminavam, a situação das mulheres negras durante a escravidão<sup>50</sup>.

A importância de focar a escravidão das mulheres corresponde a vários aspectos, porque, “aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras”<sup>51</sup>, em que:

Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um reexame da história das mulheres negras durante a escravidão<sup>52</sup>.

Os escravos correspondiam propriedade do seu dono, e não havia diferenciações entre homens e mulheres. A função da mulher negra era mão-de-obra de trabalho, “e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”<sup>53</sup>, e, por conta desse papel, contraria a “ideologia da feminilidade do século XIX”<sup>54</sup>, correspondia a uma “anomalia”. A anomalia e a semelhança eram notórias somente nesses dois casos: quando “disciplinadas”, as mulheres escravas sofriam abusos e estupros, violências e maus-tratos que “só poderiam ser infligidos a elas”<sup>55</sup>:

A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas<sup>56</sup>.

---

<sup>50</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15.

<sup>51</sup> Ibid., p. 17.

<sup>52</sup> Ibid., p. 17.

<sup>53</sup> KENNETH M. STAMPP apud DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

<sup>54</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 17.

<sup>55</sup> Ibid., p. 19.

<sup>56</sup> Ibid., p. 19.

A diferenciação do papel das escravas era bastante marcada e se intensifica na abolição do tráfico internacional. Nesse período, uma nova função é dada às mulheres negras: “a classe proprietária de escravos foi forçada a contar com a reprodução natural como o método mais seguro para repor e ampliar a população de escravas e escravos domésticos”<sup>57</sup>. Isso significou uma valorização significativa das mulheres escravas e suas capacidades reprodutivas, e

nas décadas que precederam a Guerra Civil, as mulheres negras passaram a ser cada vez mais avaliadas em função de sua fertilidade (ou da falta dela): aquela com potencial para ter dez, doze, catorze ou mais filhos era cobiçada como um verdadeiro tesouro<sup>58</sup>.

As novas funções das mulheres escravizadas iam de encontro aos papéis das mulheres brancas, o que abria ainda mais o abismo do que se considerava ou não tipicamente feminino. Nesse sentido, Angela Davis assinala que

à medida que a ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo<sup>59</sup>.

A configuração desse cenário social, que configurava valores distintos às mulheres segundo sua raça, significou para as mulheres negras uma não constituição de sujeito feminino. Os papéis atribuídos às mulheres brancas eram condicionantes de suas realidades de mães e esposas, premissa ausente nas representações das mulheres negras:

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante<sup>60</sup>. (DAVIS, 2016: 25).

---

<sup>57</sup> Ibid., p. 19.

<sup>58</sup> Ibid., p. 19.

<sup>59</sup> Ibid., p. 24-25.

<sup>60</sup> Ibid., p. 25.

Outro fator bastante definidor se encontrava na organização social do período: as famílias matriarcais. Como os pais de muitas das crianças nascidas das mulheres negras escravas eram filhos dos latifundiários, e estes omitiam seu nome como registro de pai, as crianças possuíam nos registros apenas os nomes das mães. Isso acontecia porque a lei ainda se aplicava ao princípio de “partus sequitur ventrem”, em que a criança é escrava como a mãe, possibilitando o comércio dos próprios filhos ilegítimos do dono de terra pelo próprio, definindo assim, a família negra como “uma estrutura biológica matrilocal”<sup>61</sup>.

A constituição dessa realidade tornou a mulher escrava, no contexto da escravidão, de maneira autônoma no trabalho doméstico, diferenciando-a dos homens negros:

O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade<sup>62</sup>. (DAVIS, 2016: 29).

A família negra se coloca, dentro desse cenário autônomo da mulher enquanto responsável pelo sustendo do marido e dos filhos, numa igualdade sexual, em que

Nos limites da vida familiar e comunitária, portanto, a população negra conseguia realizar um feito impressionante, transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais<sup>63</sup>.

Apesar de independentização que adquiriam na relação que estabeleciam com os entes familiares, a vida das mulheres negras era mais injusta quanto aos mecanismos da escravidão, e a violência era, sem dúvida, a marca efetiva das regras impostas nas organizações escravocratas. No entanto, as mulheres negras não se acovardavam. Angela Davis declara que “dos numerosos registros sobre a

---

<sup>61</sup> Ibid., p. 25.

<sup>62</sup> Ibid., p. 29.

<sup>63</sup> Ibid., p. 30.

repressão violenta que os feitores infligiam às mulheres, deve-se inferir que aquela que aceitava passivamente sua sina de escrava era a exceção, não a regra<sup>64</sup>, mas, longe de uma visão heroica, a realidade que se estabelecia era de mais violência:

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. As observações a seguir, relativas à função do estupro durante a Guerra do Vietnã, também podem ser aplicadas à escravidão: “No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro ‘socialmente aceitável’; de fato, era uma política não escrita, mas clara”. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes, eram orientados a “revistar” mulheres “com o pênis”), forjou-se uma arma de terrorismo político de massa. Uma vez que as mulheres vietnamitas se notabilizavam por suas contribuições heroicas à luta de libertação de seu povo, a retaliação militar especialmente destinada a elas era o estupro<sup>65</sup>.

O movimento antiescravagista e a origem dos direitos das mulheres se dão com a figura de Frederick Douglass, considerado “o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos”<sup>66</sup> e também “o homem de maior destaque na causa da emancipação feminina em sua época”<sup>67</sup>. Douglass sabia “que as mulheres eram indispensáveis ao movimento abolicionista – tanto em termos numéricos quanto por ‘sua competência na defesa da causa das pessoas escravas’”<sup>68</sup>.

A Revolução Industrial transformou a sociedade estadunidense, mudando radicalmente a vida das mulheres brancas. Angela Davis assinala que “por volta dos anos 1830, o sistema fabril absorveu muitas das atividades econômicas tradicionais das mulheres”<sup>69</sup>, e

uma consequência ideológica do capitalismo industrial foi o desenvolvimento de uma ideia mais rigorosa de inferioridade feminina. De fato, parecia que quanto mais as tarefas domésticas das mulheres eram reduzidas, devido ao impacto da industrialização, mais intransigente se tornava a afirmação de que ‘o lugar da mulher é em casa’<sup>70</sup>. (DAVIS, 2016: 45).

---

<sup>64</sup> Ibid., p. 31.

<sup>65</sup> Ibid., p. 36.

<sup>66</sup> Ibid., p. 43.

<sup>67</sup> Ibid., p. 43.

<sup>68</sup> Ibid., p. 43.

<sup>69</sup> Ibid., p. 44.

<sup>70</sup> Ibid., p. 45.



Ao passo que “a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais”<sup>71</sup>, configurava-se uma autonomia dúbia: enquanto trabalhadores, as mulheres poderiam gozar de igualdade econômica, enquanto esposas, eram “destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos”<sup>72</sup>, sendo, no papel de mães, apenas repositoras de vida humana.

A ótica da escravidão atingia, agora, também as mulheres brancas, significando um novo apoio à luta antiescravagista, pois, “enquanto as operárias contribuía com parte de seus minguados salários e organizavam bazares para arrecadar mais fundos, as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista”<sup>73</sup>. Além disso, os sintomas de opressão justificavam a luta por direitos iguais:

Em 1833, muitas dessas mulheres de classe média começavam a perceber que algo estava errado em sua vida. Como “donas de casa” na nova era do capitalismo industrial, elas perderam sua importância econômica no lar, e sua condição social enquanto mulheres sofreu uma deterioração semelhante. Nesse processo, entretanto, elas passaram a ter tempo livre, o que permitiu que se tornassem reformistas sociais – organizadoras ativas da campanha abolicionista. O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar<sup>74</sup>.

A união entre os antiescravagistas e as mulheres brancas teve curto período de casamento, sobretudo porque a política dos homens brancos, percebendo a força das classes subalternas, resolveu agir para enfraquecer a luta. Angela Davis assinala que em uma carta de 26 de dezembro de 1865, Elizabeth Cady Stanton declarava, dentre várias ideias, de que “na verdade, é melhor ser escrava de um homem branco instruído do que de um infame negro ignorante”<sup>75</sup>. Isso aconteceu por conta da “iminente extensão do direito de voto aos homens negros”<sup>76</sup>, antes do direito de voto às mulheres brancas.

---

<sup>71</sup> Ibid., p. 45.

<sup>72</sup> Ibid., p. 45.

<sup>73</sup> Ibid., p. 47.

<sup>74</sup> Ibid., p. 49.

<sup>75</sup> STANTON apud DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 79.

<sup>76</sup> DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 81.

Stanton acreditava que era notória a igualdade das duas lutas, e que a conquista de um grupo em detrimento de outro configuraria uma traição, pois “a retribuição que exigiam era o sufrágio feminino – como se houvesse sido feito um acordo; como se as defensoras dos direitos das mulheres tivessem lutado para derrotar a escravidão sabendo que seu prêmio seria o voto”<sup>77</sup>. Essa noção foi, para Angela Davis, detentora de “um poderoso fator de ingenuidade política na análise feita por Stanton a respeito das condições vigentes no fim da guerra, o que significava que ela estava mais vulnerável do que nunca à ideologia racista”<sup>78</sup>.

No entanto, a luta estava travada e cada lado obtinha os seus desejos de conquista. De um lado, o sufrágio negro era defendido pelos republicanos, que “não queriam que nada interferisse na conquista de 2 milhões de votos dos homens negros para seu partido”<sup>79</sup>. Com o slogan “Chegou a hora do negro”, eles estavam, na verdade, dizendo em silêncio “Chegou a hora de mais 2 milhões de votos para nosso partido”<sup>80</sup>. De outro lado, a defesa das mulheres, pelo partido democrata, que “ao representar os interesses da classe de ex-proprietários de escravos, o Partido Democrata procurava impedir a extensão do voto à população negra masculina do Sul”<sup>81</sup>, e “embora seu apoio ao sufrágio feminino fosse claramente um movimento tático para deter o apoio dos republicanos ao sufrágio negro, Brooks foi louvado de modo entusiasmado por Susan Anthony e suas aliadas”<sup>82</sup>.

Apesar de iguais em importância, as lutas pelo direito ao voto das mulheres e dos negros não se configuravam, socialmente, iguais em cidadania. Isso se justifica porque “embora as correntes da escravidão tivessem sido rompidas, a população negra ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava a violência terrorista de gangues racistas, cuja intensidade não se comparava nem mesmo à da escravidão”<sup>83</sup>. Para Douglass, “a escravidão não terá sido abolida até que o homem negro possa votar”<sup>84</sup>. O que faltou dessa problemática foi talvez considerar o voto das mulheres negras, como também pauta principal das duas lutas. Em nome das

---

<sup>77</sup> Ibid., p. 82.

<sup>78</sup> Ibid., p. 82.

<sup>79</sup> Ibid., p. 83.

<sup>80</sup> Ibid., p. 83.

<sup>81</sup> Ibid., p. 89.

<sup>82</sup> Ibid., p. 88.

<sup>83</sup> Ibid., p. 85.

<sup>84</sup> FONER apud DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 85.

campanhas de seus grupos, faltou empatia e maior percepção dos poderes e suas engrenagens, que estavam preocupados com os votos a cada partido, não pelos direitos de negros e de mulheres.

Na abordagem das intersecções entre raça, classe e gênero, Angela Davis evidencia que o caráter normativo das relações sociais está pautado em elementos que subjazem as organizações e caracterizações sociais, e mostra que essas questões de opressão são a infraestrutura da sociedade, destacando, por exemplo, que, no período escravocrata, homens e mulheres negros eram presos e escravizados em nome de um controle social. Apesar de marxista, Davis identifica também as linhas de ação tanto da direita, no caso de mulheres apoiarem a luta pela abolição, mas não entenderem o valor social disso em relação à sua própria luta pelo direito ao voto, mas também da esquerda ortodoxa, em sua defesa da condição de classe sobre qualquer outra forma de opressão.

Mara Viveros Vigoya define que a interseccionalidade “se ha convertido en la expresión utilizada para designar la perspectiva teórica y metodológica que busca dar cuenta de la percepción cruzada o imbricada de las relaciones de poder”<sup>85</sup>. Para a autora, este tipo de especificidade investigativa põe em evidência que a dominação é um processo histórico que se dá desde sua formação, sendo o feminismo ocidental impossível de abranger determinados casos, principalmente das realidades das mulheres negras: “los parámetros feministas universales son inadecuados para describir formas de dominación específicas en las cuales las relaciones se intrican y se experimentan de diversas formas”<sup>86</sup>. Dessa forma, Viveros Vigoya destaca que o *black feminism* “propició un verdadero giro teórico-político para el feminismo estadounidense al exigir la inclusión de las experiencias de género, raza y clase de las mujeres no blancas en la agenda feminista”<sup>87</sup>, evidenciando a importância do movimento, além de categoria analítica, como a intencionalidade de preservação do “principio de apertura a las diferencias como una condición y no como un límite de la interseccionalidad”<sup>88</sup>.

<sup>85</sup> VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. Debate Feminista, n° 52, 2016, p. 2.

<sup>86</sup> Ibid., p. 11.

<sup>87</sup> Ibid., p. 12.

<sup>88</sup> PURTSCHERT Y MEYER apud VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. Debate Feminista, n° 52, 2016, p. 15.

O texto de Davis, como um todo, é um misto de excessivas exemplificações e referências (que assusta, vista a gravidade da situação), mas escrito em forma de narrativa histórica, preocupado com o acompanhamento do leitor, sendo uma escrita elucidativa e esclarecedora em muitos pontos que estudamos, na crítica feminista. O mais valioso ponto a ser destacado está no fato de ela demarcar a luta de igualdade das mulheres como um tema mais abrangente que a luta pelo machismo ou patriarcado, por exemplo, colocando as lógicas de poder racista e classista como também fatores desse jogo de poder. Sem dúvidas, a leitura de Davis se faz necessária aos estudos feministas, não só pelo seu lugar de fala e pela sua experiência, mas, e principalmente, porque amplia o discurso, fazendo-o plural e conectado com outras esferas sociais de domínio e de poder.

A mulher escravizada apresentada por Angela Davis é uma realidade na constituição de uma sociedade escravocrata norte-americana, onde sofreram por suas condições de mulher e por seus corpos femininos. Essa situação encontra correspondência no Brasil escravocrata. No entanto, há uma mulher que se destacou no cenário histórico brasileiro, justamente por não ter tido o mesmo destino de suas companheiras escravas. Xica da Silva foi uma mulher que, como muitas, foi alforriada, mas não foi só a liberdade que lhe pertenceu: construiu um império ao lado de um homem que não só lhe deu patrimônios, como também lhe tornou esposa. É sobre essa representação da personagem histórica Xica da Silva, amplamente conhecida por meio dos registros literários que se fizeram dela, que analisarei um exemplo de exceção, que se torna suficiente para se questionar sobre as realidades da maioria das mulheres negras.

#### 4 XICA DA SILVA: UMA PERSONIFICAÇÃO DA MULHER NEGRA<sup>89</sup>

*Mas todos sabem que dona Francisca foi um dos motivos da grandeza do Tijuco, de seu esplendor, que ela foi uma rainha desse torrão diamantino, onde pessoas de origem humilde conseguem subir na vida. Onde mulheres mandam e a terra vira mar, para obedecer a seus caprichos.*  
(ANA MIRANDA, **Xica da Silva**: a Cinderela Negra, 2017)

Francisca parda nasceu por volta de 1734, no Arraial do Milho verde, “uma pequena localidade mineira que ficava a meio caminho dos dois mais amplos ajuntamentos da comarca do Serro do Frio: Vila do Príncipe e Tijuco”<sup>90</sup>. Filha da escrava africana Maria mina, seu pai era Antônio Caetano de Sá, capitão militar de elevada posição. Apesar de não ter tido relações com o pai, Francisca foi muito amada pela mãe. Só se separaram após Francisca já ser menina, quando a mãe consegue comprar a alforria de Domingos da Costa, e passa a viver em Conceição, amasiada com um ferreiro.

As realidades dos contextos cativos para as mães grávidas eram bastante problemáticas às mulheres negras. Ana Miranda expõe que “o nascimento de uma criança colonial guardava muitos perigos. Comumente era fatal para o filho, para a mãe ou para ambos. [...] embora contasse com o favor da naturalidade e o amparo do misticismo, realizava-se em circunstâncias adversas e arriscadas”<sup>91</sup>. Resistir às enfermidades, nos primeiros dias do nascido, como o tétano, evidenciava que a criança era forte, e “não se pode esquecer que as negras chegadas ao Brasil tinham passado por um teste dos mais terríveis: a viagem no navio negreiro. Desembarcavam as mais fortes e saudáveis”<sup>92</sup>.

A religiosidade cristã significava a imposição da cultura branca sobre a cultura africana do candomblé dos negros, e estava atrelada às necessidades dos cativos. O apadrinhamento dos filhos de escravas por pessoas de consideração era comum,

---

<sup>89</sup> A revisão da narrativa de Ana Miranda e os argumentos desenvolvidos foram abordados em parte da minha tese de Doutorado, intitulada “A voz das mulheres na literatura contemporânea latino-americana: possibilidades para a escrita do feminismo na América Latina”, defendida e aprovada com louvor em novembro de 2018.

<sup>90</sup> MIRANDA, Ana. **Xica da Silva**: a cinderela negra. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017, p. 25.

<sup>91</sup> *Ibid.*, p. 28.

<sup>92</sup> *Ibid.*, p. 29.

tendo um valor social bastante importante, que era a possibilidade de que os padrinhos pudessem libertar os afilhados da escravidão. A mãe de Xica não fugiu à regra: “os padrinhos da criança, dois homens-bons, talvez escolhidos na expectativa de que um deles concedesse a alforria à recém-nascida, o que não custava demais, eram cerca de vinte mil-réis”<sup>93</sup>. Na cerimônia, a criança podia ter sua liberdade comprada pelo padrinho, sendo batizada como alforriada. Xica não teve sua liberdade garantida pelos padrinhos, e só a conquistou quando já unida a João Fernandes.

O batismo ocorria até o sétimo dia de vida da criança, sendo a primeira possibilidade de sua libertação. Em nome dessa oportunidade, os filhos dos escravos eram submetidos à outra realidade – a vida pautada pela cultura religiosa dos brancos.

Os padrinhos põem a mão sobre a pequena Francisca parda, prometendo, como pais espirituais, ensinarem-lhe a doutrina cristã e os bons costumes. Perdado seu pecado original, a menina passa a participar da vida trinitária do Deus cristão, recebe as virtudes teológicas e os dons do Espírito Santo. Ela é então, filha do Deus branco. Membro inalienável da Igreja, pertencerá para sempre a Jesus Cristo. Recebe nome, entrada no Céu e Pai divino<sup>94</sup>.

A criança negra, escrava, é batizada na religiosidade cristã e passa a ser filha do Deus branco. No entanto, seus direitos enquanto sujeito seguirão sendo negados, porque seguirá sendo propriedade do senhor seu dono. Os padrinhos, apesar de se comprometerem no ensino dos bons costumes, seguem afirmando as diferenças entre eles e as crianças, entre brancos e negros. Além disso, o fato de pertencer a Jesus Cristo significa também não mais pertencer à crença religiosa africana, da qual naturalmente fariam parte. Adaptar-se à nova terra não corresponde só ao servir os proprietários senhores, mas também viver a cultura do outro, pois só assim os negros podem ter a chance de obterem vantagens. Para as mulheres negras, o apadrinhamento consistia em um meio de poder proteger os filhos e, por isso, era “natural que os pais buscassem padrinhos numa camada hierarquicamente superior”<sup>95</sup>.

---

<sup>93</sup> Ibid., p. 109.

<sup>94</sup> Ibid., p. 110.

<sup>95</sup> Ibid., p. 110.

O batizado das crianças filhas de escravos era o primeiro contato nos costumes cristão dos brancos. Xica frequenta a missa de domingo com a mãe, junto aos senhores. Maria mina parece doutrinar a fé nos santos estrangeiros; ou, talvez, seja uma forma de cultuar sua própria religião, por meio do sincretismo religioso:

Quando termina a missa, Xica vê sua mãe entrar na capela e se ajoelhar com fervor diante de Nossa Senhora, de São Miguel, tocando-os, beijando seus pés vezes seguidas. A menina se consola ao constatar que a mãe de Jesus também não tem sapatos.

Maria mina comunga ao menos uma vez por ano e dedica sua fé a São Francisco. Mas, não demora, prostra-se devota diante do feiticeiro a pedir poções e amuletos – que o capelão tanto condena – para que seus senhores sejam mais bondosos, para curar alguma doença, para ser protegida, alforriada ou para que ele leia a sua sorte e a da filha<sup>96</sup>.

A religiosidade africana aparecerá de maneira camuflada e silenciosa, como na passagem acima, entre os símbolos do feitiço, crenças que se tornam inferiores em relação à santidade católica. Apesar dessa insistente sinalização do catolicismo, as brechas do candomblé podem aparecer, pois os santos de devoção de Maria mina são Nossa Senhora, São Miguel e São Francisco, associados aos orixás africanos Iemanjá e Oxum, Ogum e Xangô. Tímidos e superficiais, os indícios que o texto de Ana Miranda apresenta demonstram que a influência entre as religiões poderia ser algo bastante presente na cultura brasileira daquele período, obviamente confrontadas na necessidade do apagamento da religiosidade negra em nome do poder religioso do branco, outra forma de dominação.

O tom narrativo de Ana Miranda constrói Xica com uma representação que se vê consciente de sua condição. Essa consciência desperta uma atitude de ajustamento à nova realidade social, muito direcionada às funções de independência que parece possuir, apesar de escrava. A realidade de Xica, apesar de condicionada ao papel da mulher escrava, torna-se a ela um meio de conquista de sua independentização social.

A submissão do corpo escravizado é substituída pela posição social de esposa, na relação com João Fernandes, e o papel de mãe, de herança e de descendência do marido contratador. Essas funções são, no entanto, principais à função de esposa legítima e, ao ter essa realidade como pressuposto, Xica ascende

---

<sup>96</sup> Ibid., p. 122.

socialmente, pois passa da condição de escrava à mulher forra, dona de um padrão de vida e de propriedades impossíveis a seu papel social inicial.

Apesar de maioria entre os alforriados, as mulheres que conseguiam uma posição bem-sucedida eram de pequeno número. A grande maioria estava em uma condição de esposas amasiadas, mães de família ou prostitutas, não sendo raros os casos daquelas que exerciam os dois papéis. Mesmo de senso comum, o concubinato era considerado crime, apesar de “tão afeito o imigrado português de todas as camadas sociais, era generalizado na incipiente capitania”<sup>97</sup>. As denúncias às igrejas sobre o comportamento proibido eram investigadas por meio de averiguações das denúncias em visitas eclesiásticas.

A prostituição das mulheres negras, muitas vezes incentivada pelos seus próprios donos, era um meio comum de busca da própria subsistência. Os alforriados eram cobrados anualmente para contribuírem com a Fazenda real, “com impostos de quatro oitavas e três quartos de ouro, sob a pena de confisco, multas ou prisão”<sup>98</sup>. Considerando a realidade da maioria dos negros e negras, com escassas oportunidades de trabalho assalariado, a venda do corpo em troca de favores sexuais organizava-se de modo a ser uma atividade natural para angariar recursos para a sobrevivência de si e da prole:

Uma medida determinava que toda solteira era obrigada a notificar sua gravidez; e, vinte dias depois do nascimento, tinha de dar parte ao Senado. Se não o fizesse, era multada em cinquenta oitavas de ouro para a “criação do enjeitado”. As escravas ou forras que fossem flagradas em comércio ambulante nas vizinhanças das lavras tinham suas mercadorias confiscadas e destinadas aos presos da cadeia local; depois, eram presas durante oito a noventa dias; castigadas com entre cinquenta a duzentas chibatadas em praça pública; e, afinal, obrigadas a pagar uma fiança de quatro a sessenta oitavas de ouro. Todo esse sistema de repressão e obrigações empurrava mulheres a ser *fadistas*, palavra usada para *desordeiros* e, no caso, *meretrizes*<sup>99</sup>.

Ana Miranda indica que possivelmente Maria mina, a mãe de Xica, tenha se prostituído para manutenção de si e dos filhos. Em 1748, “certa Maria da Costa, que se supõe ser a mãe de Xica, foi acusada de deitar-se com qualquer homem que a

---

<sup>97</sup> Ibid., p. 165.

<sup>98</sup> Ibid., p. 167.

<sup>99</sup> Ibid., p. 167.



quisesse, apesar de amasiada com um ferreiro”<sup>100</sup>. À acusação, Maria da Costa teria respondido que “se a chamavam de pecadora, também fora pecadora a santa Maria Madalena”<sup>101</sup>, e, “embora tivesse inúmeras razões para tal comportamento, e as blasfêmias fossem recursos de distensão fartamente utilizados pelo povo, suas palavras escandalizaram os moradores do arraial e as autoridades do clero”<sup>102</sup>.

A menina Francisca é vendida pela primeira vez logo após a partida da mãe, e seu novo dono se chama José da Silva de Oliveira. Torna a ser vendida com a idade de 12 ou 13 anos a Manuel Pires Sardinha, médico, homem de posses, que se apaixona pela adolescente e com quem Xica vive em concubinato, junto a outras duas negras, Francisca crioula e a forra Antônia Xavier. A sexualidade era condicionante do papel das mulheres negras: “*a figura de Xica, no fim de sua infância, começa a atrair a atenção de homens. Torna-se mulher na flor dos doze anos. De seus olhos irradia um fogo tão peculiar e o seio arfa em tão ansioso desejo que é difícil aos homens resistir a tais seduções*”<sup>103</sup>.

A compreensão dessa sedução natural era senso comum e significava que as mulheres negras fossem consideradas como *fogosas*. A caracterização dessa característica de suas personalidades, relacionada à sexualização dos corpos, tornavam-nas adultas precocemente:

Escravas de doze, treze anos já tinham a vivência de mulheres adultas, pelo trabalho, pela luta nas relações a que eram obrigadas, pelos conflitos que precisavam superar, pelo ultraje que significava o estado de escravidão; pelo ódio irracional contra sua cor e sua pobreza, pelo modo como haviam sido criadas, em famílias desestruturadas ou sem famílias; pelas privações e maus-tratos, pela exploração a que eram submetidas, na maior parte, de cunho sexual. Todo esse sofrimento redundava em maturidade ou, algumas vezes, em malícia, astúcia, dissimulação. Ainda meninas, eram mulheres feitas<sup>104</sup>.

Para Carl Schlichthorst, tenente de granadeiros alemães do Exército do imperador dom Pedro I, “*doze anos é a idade em flor das africanas*”<sup>105</sup>. Xica floresceu, “cresceu bem formada de corpo, rija, fornida, graciosa, alta, peitos

---

<sup>100</sup> Ibid., p. 164.

<sup>101</sup> Ibid., p. 164.

<sup>102</sup> Ibid., p. 164.

<sup>103</sup> Ibid., p. 169.

<sup>104</sup> Ibid., p. 175.

<sup>105</sup> Ibid., p. 175.

empinados, nádegas tesas, as formas arredondadas e atraentes cobertas por uma pele morena, amaciada com umburana”<sup>106</sup>. Como mulher, traz a graciosidade e a beleza da mãe, descendente das negras minas: “tem o rosto das minas: testa ampla, olhos cintilantes, maçãs bem formadas, nariz delicado, lábios desenhados com apuro e não muito grossos, cheios de sensualidade. Quando sorri, seus dentes lembram pérolas”<sup>107</sup>. Sabendo da atração que provoca no sexo oposto, ensaia ações que demonstrem sua sensualidade e técnicas de conquista dos olhares dos homens:

Ela percebe o fascínio que desperta nos homens e aperfeiçoa seus requebros, capricha nos gestos com as mãos, os pés, deixa cair languidamente o pano sobre um dos ombros, mostrando um seio que arfa em ansioso desejo, as espáduas em suaves curvas, a cintura sinuosa e o flanco dos quadris. Move a cabeça com altivez e arranca suspiros a cada meneio, a cada levantar da saia de cadaço<sup>108</sup>

Xica conhece Pires Sardinha por meio de uma consulta médica. A família Oliveira tinha muito apreço à escrava e preocupação com seus cuidados. Um dia, a escrava amanhece com tosses. Não melhorando com os atendimentos de uma velha escrava, dona Joaquina da Roza ordena que um médico cuidasse de Xica. Quem atende a moça é o doutor Manuel Pires Sardinha, que logo fica perturbado pela figura de Xica:

*Assim que entra e avista a paciente, Pires Sardinha sente-se arrebatado por sentimentos confusos, perturbado com a figura da jovem. Examina-a com cuidado e prescreve o tratamento: algumas sangrias nos pés, esfregações repetidas e ventosas até nas nádegas, que ele mesmo faz questão de aplicar. Para os achaques no peito e abrandar a tosse, prescreve a mezinha de amêndoas descascadas, açúcar e água de cevada, que ele vai preparar com cuidado. Manda que Xica se alimente com caldo de galinha temperado de sal e fervido na alfazema e macela.*

*Ao voltar para casa, carrega a imagem da moça, como se marcada a fogo em sua lembrança. Não a apaga mais do pensamento, desejando-a vendo-a em todos os cantos para onde olhe: lá está Xica num vulto de moça que passa, numa palha que farfalha ao vento, no suor do lençol em sua cama, no passo de uma égua elegante, numa nuvem fluida, numa folha que cai languidamente. Cuida de Xica com esmero, fica um longo tempo sentado ao lado do catre, conversando, enquanto a seduz, segurando sua mão, acarinhando-a nos braços, no peito, até fazê-la se submeter a seus desejos de homem. Xica sente pudor de se afeiçoar a um sujeito tão mais velho, a quem não sabe se ama – nem mesmo conhece o amor. Mas esse senhor, de boa presença e refinado no dizer, faz com que vença sua repulsa, com*

---

<sup>106</sup> Ibid., p. 176.

<sup>107</sup> Ibid., p. 176.

<sup>108</sup> Ibid., p. 176.

*afagos, presentes, promessas. Assim que a vê curada, o esculápio pede ao Silva de Oliveira que a venda, pagará o que pedir. Está enamorado e a quer para sua concubina. Logo que consegue comprá-la, leva-a para sua casa e toma seus serviços<sup>109</sup>.*

A narrativa supõe que Xica provavelmente tenha sido abusada durante os cuidados médicos. No entanto, como negra escrava, não deve questionar ou desconfiar da atividade no tratamento da cura. A cena, romanceada pelas belas imagens que a escrava desperta em Manuel Pires, chega à realidade da condição feminina: o cuidado com esmero, a sedução, o carinho é em nome da submissão do corpo da negra aos “desejos de homem”. O pudor de Xica, provavelmente fruto do ensino cristão, e o ideário de amor, que não sabe se sente por aquele homem, é vencido pelas armas do médico que, além das palavras, tem presentes e promessas como valores a serem levados em conta para que a escrava ceda às suas vontades.

Ao se tornar concubina de Manuel Pires, a vida de Xica prospera e essa nova relação possibilita certa liberdade, no cotidiano não mais de escrava. Apesar de o médico não comprar a alforria de Xica, ele lhe propicia benefícios: *“Xica sai de casa quando bem entende, já ensaiando ares de dama, e ainda mais bem-vestida, pois com carinhos e astúcia arranca presentes de seu senhor. Aprende essas manhas com a outra concubina do médico, a escrava Francisca crioula”<sup>110</sup>.*

É por meio dessas relações de amasiamento com homens brancos que as mulheres negras adquirem determinandos privilégios, ascendendo socialmente. A sedução e a astúcia tornam-se armas que qualificam as maneiras como tratam seus donos. Mesmo que a lógica cristã condenasse esse tipo de relacionamento, as paredes dos lares escondiam e velavam inúmeros casos, e só a denúncia podia expor o que era prática comum, apesar de nem sempre ocorrer: muitos dos casos ocorriam nas casas de homens de posses.

O primeiro filho de Xica e Pires Sardinha ganha a alforria do pai, no momento do batismo, mas a de Xica não é adquirida, pois o médico teme perdê-la. Essa justificativa era comumente utilizada como prova da insistente manutenção do poder dos corpos das escravas pelos homens brancos. Elas podiam vivenciar benéficas condições cotidianas, como senhoras da casa, assim como as mulheres brancas,

---

<sup>109</sup> Ibid., p. 178.

<sup>110</sup> Ibid., p. 184.

mas não lhes era permitido o casamento perante Deus, além da garantia de serem livres. As escravas, como patrimônios, seguiam servindo como peça e produto aos seus donos, e suas únicas possibilidades eram tentar garantir a alforria dos filhos nascidos dessas relações.

Por meio de uma denúncia, Xica é vendida ao contratador João Fernandes. A relação com o novo dono não se parece, em nada, com a que viveu com Pires Sardinha. Ao levar o filho, Xica descobre, ao chegar à casa do novo dono, que sua principal função será cuidar das coisas pessoais do dono da casa. No entanto, a vida dela torna outro rumo ao perceber que será também dona da casa. A cena a seguir descreve a primeira noite íntima de ambos:

*A porta se abre com delicadeza e João Fernandes entra, seguido de Cabeça. Abraçada às toalhas, Xica o olha, paralisada, sentindo o coração desordenado. Ele também se mobiliza num instante que parece demasiado longo, mas se recupera, toma ar, cumprimenta-a com um leve curvar da cabeça, elogia a arrumação, diz não reconhecer o quarto. Não fala, mas reconhece a escrava, é uma das que viu ao balcão no dia de sua chegada, e que ele desejou, e parece ainda mais sedutora assim, de perto, bem mais sedosa. Por um instante se lembra novamente das negras da Vargem, macias, cheirando a suor e flores. Manda Cabeça sair e tira a capa. Xica pensa em ir segurar a capa e ajudá-lo a se livrar do colete, das botas enlameadas, mas não o faz, prefere manter-se ativa desde o começo. João Fernandes se despe e entra no tonel onde uma água morna e perfumada o espera. Tem um corpo muscular, alvo, com pelos fartos e escuros. Pede então a Xica que esfregue suas costas, e ela sabe como o fazer. Tomado de um ímpeto que causam aquelas mãos vigorosas, o homem lhe ordena que tire a roupa e entre na água. Beija-a com o furor da necessidade. Xica se dedica a fazer com que ele jamais esqueça esta noite, e que jamais queira outra mulher. Usa de toda a sua força sexual, com o que conhece e o que nunca fez, com o que sua intuição lhe ensina, com o que seu corpo possui de mistérios, voragens e delícias. É ele quem será seu escravo<sup>111</sup>.*

Xica, já tendo experiência sexual, percebe que o homem a deseja, e que talvez tenha sido esse o principal motivo de sua compra. Os corpos estabelecem igualdade de desejos, e o corpo feminino não reage como submisso ao prazer masculino, mas, contrariamente, é o homem quem, como escravo, submeter-se-á aos instintos também da mulher. A água cria atmosfera de sensualidade, despertando nos corpos a pureza dos desejos e dos prazeres de ambos. Na cena, Xica é dona do corpo e satisfaz não só o homem, mas, e principalmente, a si mesma.

---

<sup>111</sup> Ibid., p. 230.

Ana Miranda naturaliza o sexo como um encontro prazeroso de dois iguais, não em uma posição hierárquica, em que um deve ser superior ao outro. Ao apresentar Xica aos demais cativos da casa, João Fernandes sinaliza que aquela relação não será como as comuns daquela realidade: “– *Esta é Dona Francisca da Silva, a Sinhá de todos vocês. Ela é a dona da casa*”<sup>112</sup>. O respeito à autonomia da mulher estará representado, dentre tantas atitudes de independência, na alforria que o contratador a presenteia, dois meses após sua compra, em 25 de dezembro de 1753.

Xica não só conquista a liberdade, mas sua independência financeira, pois “*João Fernandes lhe presenteia os escravos para que Xica possa se sustentar, sempre, pois não terá jamais direitos sobre os bens do contratador*”<sup>113</sup>. Apesar da impossibilidade de registrar a união por meio do casamento oficial, a figura de Xica é representativa na sociedade da época: “*conseguiu calcar o preconceito, aos pés. Nas igrejas (e havia, naquele tempo, igrejas onde só a gente branca podia entrar) o lugar de honra era seu*”<sup>114</sup>. Sua única preocupação era os filhos, pois “*suas crianças terão de passar por desafios e é preciso que os pais trabalhem para apagar as máculas de nascimento que a mãe lhes transmitiu*”<sup>115</sup>.

As nove filhas de Xica e de João Fernandes foram educadas no recolhimento das Macaúbas. Os pais forneciam escravas e ajudas financeiras para o conforto das filhas no convento, e chegaram “a construir uma casa lateral ao edifício do recolhimento, para se hospedar”<sup>116</sup>. Os filhos, ao contrário, estudaram em Portugal, viajando com o pai, após a morte do avô. Todos os descendentes homens conseguiram garantir a fortuna paterna ao branquear suas origens, apagando a mãe dos registros que possuíam: “fato é que os filhos homens de Francisca da Silva e João Fernandes de Oliveira exerceram cargos administrativos ou militares, dos mais disputados e bem pagos, conseguidos por meio da extensa teia de relacionamentos pessoais da família”<sup>117</sup>.

---

<sup>112</sup> Ibid., p. 232.

<sup>113</sup> Ibid., p. 239.

<sup>114</sup> Ibid., p. 243.

<sup>115</sup> Ibid., p. 281.

<sup>116</sup> Ibid., p. 324.

<sup>117</sup> Ibid., p. 351.

A união entre Xica e João Fernandes durou 17 anos. Só se separaram quando o contratador teve de viajar a Portugal, para resolver os trâmites da herança do pai falecido. A viagem, apesar de prometida para ser breve, durou oito anos e João morreu em Lisboa, em 21 de dezembro de 1779. Xica morreu dezessete anos depois, em 16 de fevereiro de 1796, aos 62 anos. Eles nunca voltaram a se ver depois da partida de João Fernandes. A preocupação com a herança do pai, que poderia ser tomada pela então esposa do sargento-mor, faz com que João Fernandes esquecesse o que realmente importava, fazendo de sua determinação em garantir o futuro dos filhos a impossibilidade de voltar aos braços de Xica.

Os filhos homens garantem as posses do pai falecido. A herança de possuírem uma mãe negra desaparece dos registros. No entanto, as filhas não possuem a mesma garantia, realidade comum a muitas mulheres da colônia, onde as melhores oportunidades se davam mesmo para os homens:

O melhor casamento, dentre suas filhas, foi celebrado com um homem de posição mediana, com o cargo de alferes, um oficial de patente do estado-maior, mas subalterno, ajudante de capitão. Nenhuma delas se casou com um capitão-mor, governador, intendente ou ouvidor. Nenhuma se casou com um grande homem de negócios, ou um homem rico. O único genro digno de nota histórica especial foi o padre Rolim, por sua atuação na Inconfidência Mineira<sup>118</sup>.

A realidade das filhas mulheres de Xica torna sua história muito mais forte quanto a sua ascensão, pois tem a representação de uma mulher forte, encantadora, atraente, sensual e cheia de vontades que, além de personagem histórica, se tornou lenda. Sua imagem é a de generalidade, como na ideia de ser uma negra qualquer, mas de especificidade, como na perspectiva de ter sido a única:

Chica é uma dessas mulheres negras, talvez mais aperfeiçoada que outras, ocupando um lugar mais inacessível que suas irmãs, um lugar ao mesmo tempo ausente, proibido, inexistente e vencedor. Ela usa o poder aterrador de sua cor, de sua condição e de seu sexo para conduzir um combate quase político e talvez metafísico (Gilles Lapouge)<sup>119</sup>.

---

<sup>118</sup> Ibid., p. 413.

<sup>119</sup> Ibid., p. 434.

A cinderela negra de Ana Miranda tem uma história que “lembra um dos contos de fadas mais conhecidos pela humanidade, contado e recontado em diversas épocas e civilizações: a moça pobre e oprimida que, ajudada por forças misteriosas, casa-se com um príncipe”. No entanto, contrária à lenda romântica da personagem, conhecida culturalmente, na história de Xica há “um anseio da natureza humana, especialmente feminino, de reconhecimento e elevação social por meio do amor e do sexo. O mito da sedução”<sup>120</sup>.

A imagem de Francisca da Silva de Oliveira é construída sobre estereótipos de tantas negras, escravizadas em nome de riquezas e de progressos do homem branco. Seus corpos foram usados em trabalhos duros e sexuais, satisfazendo desejos de posse e de prazer dos homens. A história de Xica é diferente porque não é só mais uma história: ela complementa o sentido das mulheres em nossa colonização social e transporta tristes realidades e impossíveis ascensões, em que exceções se estabelecem como realidades, mesmo que realidades improváveis:

Seja qual for a interpretação dada a Xica da Silva, ela encarna a mulher que se libertou da pobreza, do desprezo racial e social, da opressão política e da senzala, o que a torna inesquecível para aqueles que amargam prisões ou medos, para os esperançosos e sonhadores. Ela sempre será alguém que sofreu, lutou e conquistou a liberdade<sup>121</sup>.

O texto de Ana Miranda, por meio de suas múltiplas imagens e constituições, tornam Xica uma personagem complexa e única. Ao final da leitura, não temos a certeza de quem Xica realmente foi, por conta das inconcretudes do tempo, mas temos a certeza de que sua complexidade não a define, mas a expande. Ela teve de negar o passado de sua ancestralidade negra, filha de africana, em nome da benfeitora e benéfica fé cristã. Assim como muitas filhas de escravas, a negação de seu passado cultural é a prova viva de como o processo de identidade se assemelha a uma cruel aculturação e aquisição da cultura dominante para poder sobreviver. A religiosidade cristã é o presente que beneficia os contratos de liberdade, mas essa “benesse” ocorreu em nome da negação da religiosidade africana.

Além disso, e consequência dessa condição, assim como os filhos, que devem negar a filiação materna para poderem garantir oportunidades de *status* e

---

<sup>120</sup> Ibid., p. 438.

<sup>121</sup> Ibid., p. 439.

poder social, a mãe deve esconder o passado de escrava para poder ser respeitada como dona. As filhas de Xica, no entanto, não têm a mesma sorte dos irmãos, revelando, assim uma injusta herança: enquanto os homens podem apagar seu passado, as mulheres são condicionadas por ele.

Xica da Silva foi uma mulher empresária e administradora. Alforriada, encontrou nas relações que estabeleceu, na condição de escrava, a possibilidade de conquistar a liberdade, fazendo dos homens os responsáveis pela sua carta de alforria e pela liberdade de seus filhos. Ela adquiriu suas riquezas por meio de um casamento que não poderia ser religiosamente abençoado, somente pela cor de sua pele.

Essa incrível personagem ensina que nada pode definir o que você quiser ser. A realidade brasileira, construída na corrupção, na opressão e no interesse alheio, fez de muitas mulheres as vítimas da violência sexual, escravizadas, servis aos homens. Xica é a mulher que, reconhecendo o ambiente em que viva, alforriou a própria independência, e sua postura destaca-se como um poder da mulher em um meio tão hostil, racista e desigual. Infelizmente, não pôde dar às filhas mulheres a mesma herança que aos filhos homens, revelando que a injustiça racial segue sendo um impasse de opressão das mulheres negras.



## 5 CONCLUSÃO

Angela Davis expõe a dura realidade das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos. Infelizmente, o cenário apresentado por ela não é diferente na escravatura brasileira. Ana Miranda, na ficcionalização da história de Xica da Silva, tematiza o mesmo contexto de Davis. No entanto, a obra literária serve como uma proposta de leitura de uma possível origem da interseccionalidade entre raça e gênero no Brasil, presente desde o período histórico do Brasil colonial.

A vida de Xica da Silva, como esposa de um grande nome da história do desenvolvimento brasileiro e mãe de seus filhos significa, no entanto, uma exceção, não à regra. Foi uma mulher que se tornou dona do seu destino, mas que não se torna figura de um papel conquistado pelas mulheres negras de seu período. É única, a esse valor depositamos sua importância histórica, mas a esse privilégio constatamos o que a maioria das mulheres de sua condição foram: nada além da exploração de seus corpos.

A configuração do Brasil colonial parece ser pautada pela depreciação da raça negra por parte dos exploradores brancos, mas também correspondem à subjugação das mulheres em nome dos desejos e dos impulsos dos homens. Como bem sinalizou Simone de Beauvoir, as mulheres são duplamente inferiorizadas, pois, apesar de os papéis sociais econômicos entre ricos e pobres conferirem a um lado a supremacia do poder, nenhuma mulher, mesmo na posição de rica, está livre da opressão machista.

Com as mulheres escravizadas, talvez o valor da dignidade seja um preço alto demais a ser pago por elas. A liberdade proporcionada pela alforria não propõe nada além do desligamento de seus donos de maneira legal. Não há garantias de postos de trabalho nem de conferência de cidadania. Dessa forma, a ansiedade pela abolição da escravatura confere aos ex-escravos a marginalidade de suas vivências: socialmente aceitos, economicamente inoperantes, discriminadamente sujeitos inferiores.

No caso das mulheres negras, essa marginalidade se torna ainda mais evidente e sintomática. São as empregadas ou as prostitutas; reduzidas aos papéis da manutenção das famílias abastadas ou aos desejos de quem pode comprar seus

corpos, são vistas dentro de um cenário opressor, determinante de seus papéis dentro da condicionalidade de sua raça, como inferior ao branco, mas também de gênero, como inferior ao homem.

Xica é a primeira mulher que ousa sair da realidade da maioria das mulheres, escravas e ex-escravas como ela. Apesar da sua história, não pôde fazer da sua realidade a sorte das filhas. Mesmo que os filhos homens tenham apagado a sua origem de mãe-escrava, as filhas não possuíram a mesma sorte. Nem mesmo às filhas de Xica a exceção da mãe pôde se tornar regra. A origem escrava pode ser apagada ao futuro dos homens; às mulheres, esse passado se coloca como sina.

A intenção de confrontar a História, escrita com “H” maiúsculo e as histórias menores, aquelas não feitas pelos grandes homens, conferem à literatura a possibilidade de viabilizar discursos outros em prol de uma consciência coletiva mais plural, que cria fissuras na cultura hegemônica. O movimento feminista tem como premissa essa realidade: a necessidade de evidenciar a lógica machista para poder erradicá-la. A cultura artística confere à História novas formas de ver o mundo e nossas referências nele.

De forma geral, a história de Xica da Silva é única. Única foi sua maneira de ser representada, única é a forma como a autoria feminina a destaca e a desmitifica. Mas sua posição social não foi única. Seu corpo foi abusado, mesmo que em circunstâncias menores, como o corpo das escravas. Sua realidade não lhe traria possibilidades de ascensão, como a maioria das experiências de outras tantas mulheres. Mas sua narrativa torna visível o quanto a exceção destaca a regra, o quanto a realidade de uma visibiliza a cruel fatalidade da vida de todas as demais. Xica tornou-se a cinderela negra. Mas todas as outras foram tratadas sem sequer ter a chance de sonhar com um conto de fadas.

Assim, estudos como os realizados para este trabalho servem para relacionar a literatura como um meio profícuo da produção da cultura, onde o gênero se apresenta muitas vezes de modo estereotipado. Atuar com pesquisas que enfoquem a produção feminina de escrita contribui para que possamos reescrever a história, não mais pela lógica dominante – e masculina –, mas pelos discursos outros, das diversas vozes sociais que conhecemos – que nem sempre são ouvidas. A ideia surgida nessa pesquisa deriva dos meus estudos de tese de doutorado, na área de

teoria da literatura, e se destina a dar conta de uma problemática que deve ainda ser muito explorada, que é o caso da representação da mulher negra. A autora Conceição Evaristo é uma forte referência para futuros estudos sobre as personificações da mulher negra na sociedade brasileira, assim como a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, que tem problematizado a questão imigrante de mulheres africanas na contemporaneidade. Seu texto, “Sejamos todos feministas”, é um ensaio que demonstra que as histórias únicas são um perigo para todos, homens e mulheres, e que o feminismo é uma igualdade a todos. Dessa forma, estudos que problematizem a cultura e suas representações podem ser amplamente enriquecedores para a área de teoria feminista, divulgando a importância e a necessidade de desmitificar o que sempre foi considerado correto, porque normalizado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todas feministas**. Trad. Cristina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Ana Alice A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 51 – 81.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento: 1990.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. In: *Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira*. Brasília: Fundação Palmares/Minc, Ano 1, nº. 1, Agosto, 2005.

FRANCO, Jean. **Marcar diferenças, cruzar fronteiras**. Tradução de Alai Garcia Diniz. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

Gaúcha ZH – Comportamento. “O papel do homem no feminismo é se desconstruir”, diz Heloisa Buarque de Hollanda”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2018/04/o-papel-do-homem-no-feminismo-e-se-desconstruir-diz-heloisa-buarque-de-hollanda-cjfmrlszv06s101ph9zj5prbs.html>. Acesso em agosto de 2018.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Traços e imagens das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento: 1990.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista: textos centrais**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013.

MIRANDA, Ana. **Xica da Silva: a cinderela negra**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MOI, Toril. **Teoría Literaria Feminista**. 2ª edición. Madrid: Cátedra, 1995.

NAVARRO, Márcia Hoppe. Apresentação. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Rompendo o silêncio**: Gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1995, p. 09-10.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>>. Acesso em: 27 out. 2016.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: Revista Educação e Sociedade. Vol.15, n.02, 1990. Disponível em: [http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em 05 ago. 2016.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. *Debate Feminista*, nº 52, 2016, p. 1- 17.